

Políticas Públicas NA Educação BRASILEIRA

Diversidade

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
DIVERSIDADE**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	Políticas públicas na educação brasileira: diversidade / Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. 227 p. : 2.528 kbytes – (Políticas Públicas na Educação Brasileira; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-93243-76-9 DOI 10.22533/at.ed.769182003 1. Educação e Estado – Brasil – Multiculturalismo. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I

A AFIRMAÇÃO DOS VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA NEGRA E A LEI 10.639/03

Érica Monale da Silva Gomes, Paula Paulino da Silva, Suzana dos Santos Cirilo e Ivonildes da Silva Fonseca..... 5

CAPÍTULO II

A ANTROPOLOGIA COMO PONTO DE REFLEXÃO SOBRE A DIVERSIDADE NOS CURSOS DE DIREITO

Rafael Gomes da Silva Carneiro e Brenno Fidalgo de Paiva Gomes16

CAPÍTULO III

A ESCOLA DO CAMPO E OS SURDOS CAMPONESES: IMPASSES E POSSIBILIDADES FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

Tamires de Campos Leite e Nágib José Mendes dos Santos.....25

CAPÍTULO IV

A LITERATURA AFRICANA NO ENSINO DE HISTÓRIA: CONSTRUINDO PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA EM SALA DE AULA

Edmar Ferreira Santos35

CAPÍTULO V

A POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: ASPRIMEIRAS ASPIRANTES NA ESCOLA NAVAL

Hercules Guimarães Honorato.....48

CAPÍTULO VI

A PRODUÇÃO DOS GÊNEROS TEXTUAIS NA ESCOLA DO CAMPO: CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS

Maysa Conceição de Farias Albuquerque, Emanuelle de Oliveira Belisario e Maria Joselma do Nascimento Franco 60

CAPÍTULO VII

ARTE E CONSCIÊNCIA NEGRA: PRODUÇÃO DE SABERES NA INTERFACE ESCOLA E TERREIRO DE UMBANDA

Brenno Fidalgo de Paiva Gomes, Lílian Gabriella Castelo Branco Alves de Sousa e Rafael Gomez da Silva Carneiro 73

CAPÍTULO VIII

BOA ALUNA, MAU ALUNO

Hellen Cristina de Oliveira Alves81

CAPÍTULO IX

CONCEPÇÕES DA PROPOSTA CURRICULAR E A PRÁTICA DE SALA DE AULA SOBRE A TEMÁTICA DA DIVERSIDADE EM UMA ESCOLA DA ZONA RURAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA – PE

Joel Severino da Silva e Luciana Menezes de Lima Mendes87

CAPÍTULO X

DOMINAÇÃO MASCULINA E ESCOLA PÚBLICA

Alan Isaac Mendes Caballero98

CAPÍTULO XI

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UMA REFLEXÃO DA PRÀXIS PEDAGÓGICA QUE LEVAM AS ATITUDES DISCRIMINATÒRIA

Suely Marilena da Silva e Fernanda Carvalho Guimarães 110

CAPÍTULO XII

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ENFOQUE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM MURITIBA/BA

Osdí Barbosa dos Santos Ribeiro, Grasiela Lima de Oliveira, Maria Juliana Chaves de Sousa e Alessandra Alexandre Freixo 128

CAPÍTULO XIII

EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A INCLUSÃO DOS POVOS CIGANOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ENSINO BRASILEIRO.

Maria Raquel Alves da Rocha 140

CAPÍTULO XIV

EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: UMA FRONTEIRA QUE NECESSITA SER DESFEITA

Anna Carla Ferreira de Araújo e Anna Cristina Ferreira de Araújo 152

CAPÍTULO XV

JOGOS COOPERATIVOS E O PROBLEMA DA COEDUCAÇÃO – REFLEXÕES DE GÊNERO NA ESCOLA

Cynthia Nery da Silva, Jéssica Dayane da Silva Martins, Rayane dos Santos Borges, Silvana Nóbrega Gomes e Lígia Luís de Freitas 161

CAPÍTULO XVI

O SILENCIAMENTO DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL E NO RECIFE

Isabella Nara Costa Alves 170

CAPÍTULO XVII

O/A DOCENTE DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO/A MONITOR/A EM ALTERNÂNCIA

Grasiela Lima de Oliveira, Alessandra Alexandre Freixo e Osdí Barbosa dos Santos Ribeiro 182

CAPÍTULO XVIII

OS CONFETOS DAS BICHAS DOCENTES COMO MARCADORES DA HOMOSSEXUALIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

Roberto Vinício Souza da Silva, Rosemary Meneses dos Santos e Romário Ráwlyson Pereira do Nascimento..... 195

CAPÍTULO XIX

RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINAR A CUIDAR EM ENFERMAGEM: DESAFIOS E OS POSSÍVEIS AVANÇOS NESSE CAMPO DE CONHECIMENTO

Valdeci Silva Mendes e Candida Soares da Costa..... 208

Sobre os autores.....222

CAPÍTULO XII

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ENFOQUE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM MURITIBA/BA

**Oydi Barbosa dos Santos Ribeiro
Grasiela Lima de Oliveira
Maria Juliana Chaves de Sousa
Alessandra Alexandre Freixo**

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ENFOQUE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM MURITIBA/BA

Oydi Barbosa dos Santos Ribeiro

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana – Bahia

Grasiela Lima de Oliveira

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana – Bahia

Maria Juliana Chaves de Sousa

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana – Bahia

Alessandra Alexandre Freixo

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana – Bahia

RESUMO: O presente artigo parte de reflexões e do entendimento sobre a Educação do Campo como uma proposta educativa voltada a atender a especificidade do estudante camponês, na busca de propiciar uma formação de maneira integral. Diante disso, tem como objetivo analisar o Projeto Político Pedagógico de uma escola pública dos anos finais do Ensino Fundamental no município de Muritiba, Bahia. A pesquisa se configura de natureza qualitativa, do tipo documental e descritiva, sustentada via um diálogo com Roseli Caldart et al. (2012), Dermeval Saviani (2005), Paulo Freire (2013), entre outros autores, com a finalidade de trazer esclarecimentos sobre o tema e refletir acerca da possibilidade de consolidação da educação oferecida no campo, em uma relação participativa de respeito e valorização às especificidades educacionais dos sujeitos, constituindo-se, assim, em um trabalho de relevância sociocultural. Os resultados constataram que a proposta político-pedagógica efetivada na escola não atende às especificidades dos estudantes, permitindo perceber ainda um distanciamento entre a proposta e a vivência dos sujeitos no contexto rural muritibano, também revelaram a falta de ações, referentes à consolidação da educação citada, abarcadas pela política pública nacional da Educação do Campo. Os achados apontam para a necessidade da construção de um Projeto Político Pedagógico voltado à contextualização das realidades dos estudantes camponeses, de modo que se efetive paulatinamente o aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem propício a atender as suas singularidades. Nesse sentido, podemos afirmar que a pesquisa possibilitou discutir aspectos relevantes acerca do tema, bem como pensar na continuidade de estudos futuros.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Projeto Político Pedagógico. Ensino e Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo se configura de maneira significativa no aparato legal brasileiro, uma vez que consiste em um direito conquistado nos movimentos e organizações sociais, além da academia científica. De acordo com a Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) a educação compreende os processos formativos desenvolvidos em diversos âmbitos, seja, “na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Reconhecendo que a educação é um processo dinâmico, de igual importância nos diferentes contextos, a Educação do Campo busca paulatinamente se legitimar a partir das lutas dos movimentos sociais, provindas dos grupos minoritários que defendem ideais de igualdade de condições, ao entenderem a relevância da educação de qualidade nas suas vidas. Esses aspectos consolidam as conquistas voltadas para essa especificidade, de acordo com a sua realidade social e cultural.

Nesse sentido, há uma nova demanda na sociedade – a classe trabalhadora do campo – desejosa pelo acesso ao conhecimento histórico acumulado e sistematizado. Nessa esfera, as demandas históricas dos movimentos de luta por uma educação inclusiva buscam um ensino que atenda à classe citada, considerando suas vivências e conquistas, primando pela intencionalidade de formar cidadãos críticos.

A essência da Educação do Campo consiste em uma ação educativa capaz de contemplar as reais especificidades do estudante camponês por meio da problematização do saber sofisticado, ou seja, sistematizado. Sua eficiência se confirma quando concebe possibilidades de o aluno compartilhar experiências, dando sentido à apropriação de novos conhecimentos. A proposta da escola precisa garantir esse espaço de interação e produção histórica. Assim, situa-se o presente estudo, tendo como problema esclarecer a seguinte questão: a proposta do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola municipal de Muritiba está de acordo com as reais necessidades dos sujeitos camponeses?

No intuito de responder a esse questionamento, propõe-se, como objetivo, analisar o Projeto Político Pedagógico de uma escola municipal dos anos finais do Ensino Fundamental, em Muritiba, Bahia. A relevância acadêmica concerne em contribuir para o incentivo de reflexões e novos estudos de pesquisadores, acadêmicos, educadores e outros interessados nessa temática. Em termos sociais, o trabalho é subsidiado nas universidades, assim como nos pedagógicos, no intuito de colaborar com a efetivação da Educação do Campo de qualidade com um olhar mais atento e sensível às reais necessidades dos estudantes camponeses.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa se embasa no Projeto Político Pedagógico de uma escola municipal dos anos finais do Ensino Fundamental, situada em uma localidade rural do município de Muritiba, Bahia. Com isso, a pesquisa qualitativa e documental possibilitou atender aos almejos deste estudo, quanto em seus objetivos, se caracterizou como descritiva. Para Creswel (2014), a pesquisa qualitativa consiste em uma construção social que estuda os significados de um problema, compreendendo-o como uma produção de conhecimento por meio da interpretação de uma realidade investigada.

Para subsidiá-la, admitiram-se as contribuições de estudiosos e especialistas na área, além das documentações cedidas pela escola pesquisada. Esses documentos possibilitaram o aprofundamento do conhecimento, bem como reativaram a memória de vivências no referido espaço de pesquisa. Assim, foram fundamentais para possíveis esclarecimentos das questões elencadas neste trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 BREVE DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Os conhecimentos históricos da Educação do Campo propõem abordagens do tema em estudo e um breve passeio no tempo. Iniciamos refletindo sobre a intencionalidade de se criar uma escola condizente com a realidade do campo. As pessoas trabalhavam e não sentiam necessidade do ato educativo formal, da tecnologia, para atender suas necessidades de lidar com a terra, com os animais, entre outras atividades ligadas ao campo. Eram suficientes os conhecimentos compartilhados no espaço e passados de geração a geração. A família conduzia o aprendizado, aprendiam os primeiros conceitos e práticas com as próprias experiências de vida – a cultura das gerações.

No entanto, surge a possibilidade de a escola utilizar esses saberes prévios para construção de saberes mais elaborados, uma vez que esses conhecimentos se complementam na educação formal. A escola do campo manifesta o desejo de uma educação que possibilite ao educando camponês pensar e refletir sobre a sua realidade. Uma oportunidade de conhecer cientificamente a terra, a partir do saber sistematizado e construído historicamente no trabalho, vinculado aos saberes de luta e resistência dos camponeses e das organizações – a necessidade das tecnologias e das técnicas tradicionais no desenvolvimento do trabalho, do aprendizado e da interação com a terra.

Desde a década de 1930, com o movimento dos pioneiros da educação em defesa da implementação de uma escola pública, gratuita, laica e obrigatória, o sistema educacional concentrou-se na cidade. A prioridade voltada a esse local, em específico, levou em detrimento a educação que contemplasse as demandas no rural brasileiro. Desse modo, surgiram os movimentos em torno dessa causa, pautados na discussão em defesa do campo como espaço de vida e mudanças, onde existe a produção de trabalho, como também, os anseios voltados à produção de conhecimento, reconhecimento e valorização das culturas da população do campo. Esses aspectos registraram, na história, a contribuição de muitos trabalhadores organizados, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores sem Terra, que consolidou o sentido dessa luta (GOHN, 2001).

Conforme Caldart et al. (2012), a educação camponesa nasce da formação dos movimentos sociais, na luta de enfrentamento dos grupos minoritários em contraponto/divergências aos anseios do governo. Desse modo, os debates, as discussões e as lutas por uma Educação do Campo capaz de atender às reais necessidades dos trabalhadores camponeses foram iniciativas do povo.

Ribeiro (2009, p. 424) considera que esse movimento do camponês “ocupa a cena pública com demandas de reforma agrária, política agrícola e educação do campo e, mais do que isso, cria e administra uma modalidade de educação voltada aos seus interesses, alternando tempos/espços”. Diante disso, nos últimos 30 anos no Brasil, os trabalhadores camponeses, sobretudo, organizados nas redes sociais, começaram a questionar sobre a educação, expressando seus anseios por mudanças no processo histórico da educação para que a escola do campo tivesse o valor merecido.

A Constituição Federal (BRASIL, 2016) conceitua a função social da escola no artigo 205, destacando sua importância para o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Considerando esses elementos, a função social da escola apresenta uma dimensão diferenciada em relação ao contexto em que os sujeitos estão inseridos, uma vez que formar cidadão consciente de seu papel na sociedade possui, a cada dia, novos desafios e impasses, sentidos na forma como a sociedade vivencia as representações sociais nos espaços educativos e a necessidade de que suas incumbências sejam exercidas de modo pleno nessa conjuntura de formação.

Por meio da educação, há uma sistematização de valores acerca dos conhecimentos tácitos construídos com base na cultura e no convívio social dos sujeitos partícipes da instituição escolar. Tais conceitos são importantes, uma vez que subsidiam os estudos e permitem ao pesquisador refletir acerca de novas possibilidades de investigação sobre a Educação do Campo. Saviani (2005) conceitua a educação como um fenômeno, uma produção de conhecimentos e uma ação própria do humano, logo, o professor faz a conexão entre o saber elaborado e o senso comum. Os processos educativos do campo vão além dos muros escolares mediante a sua dinâmica socioeducativa. Acontece em diversos contextos, formais ou informais, que o sujeito convive, atua, participa e aprende.

A defesa de educação de qualidade para todos, nessa linha de pensamento, compreende a especificidade da Educação do Campo, a partir dos conhecimentos descritos após a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, destacando que:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana (BRASIL, 2002, p. 1).

A Educação do Campo apresenta conceitos e significados relevantes, contudo, para que de fato seja consolidada, é preciso efetivar seu papel na formação dos cidadãos camponeses. Para Caldart (2004, p. 17), a Educação do Campo é compreendida como “processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações”. Logo, entende-se que os princípios metodológicos da escola do campo precisam condizer com o contexto

social e cultural que os sujeitos camponeses estão inseridos.

Percebe-se que a formação da classe trabalhadora necessita ser materializada com a presença, também, de conteúdos. A formação, apenas com os conteúdos, não é suficiente, é preciso construir conhecimentos possíveis de dialogar com os anseios do camponês, com os saberes no cotidiano da vida destes estudantes, reconhecendo o campo como um lugar de trabalho e de cultura. Segundo Freire (2013), os conteúdos, para surtirem o efeito de transformação, precisam tanto partir de situações concretas como ser problematizados, considerando o contexto e os sujeitos neles envolvidos.

Dessa forma, “a matriz formativa” sustentadora das possíveis ações de transformação da escola tem como base o “desenvolvimento omnilateral ou da educação integral do ser humano, que inclui a cognição, o desenvolvimento corporal, artístico, a dimensão organizativa, a formação de valores” (CALDART, 2011, p. 20). Nesse contexto, é preciso compreender a Educação do Campo com intencionalidade, propondo ações diferenciadas, educativas, reflexivas, algo socialmente viável e ecologicamente sustentável de produção tanto de conhecimento quanto de prática dentro e fora do âmbito escolar.

3.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM MURITIBA

Dentro da escola do campo, a realidade discursiva, muitas vezes, está distante, seja do PPP, da matriz curricular, do planejamento dos professores, dos ensinamentos ou das discussões em sala de aula. Partindo desse pressuposto, foi proposta a análise do PPP de uma escola municipal do município de Muritiba, sendo imprescindível considerar os aspectos ressaltados nesse estudo de acordo com a amostra representativa.

O município está localizado na mesorregião metropolitana de Salvador, especificamente no Recôncavo Baiano, situado a três quilômetros da rodovia BR 101, possuindo uma área de 89,311 Km². De acordo com o censo demográfico, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Muritiba possui uma população de 28.899 habitantes, desses, 10.859 se concentram na zona rural, tendo como base econômica a agricultura familiar com a produção de mandioca, fumo, laranja e limão. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é 0,660.

Segundo o IBGE (2012), o sistema municipal de educação atende 24 escolas de Ensino Fundamental, sendo 18 escolas rurais. Os dados também apresentam que a população alfabetizada é de 22.237 pessoas, portanto, podemos concluir 6.662 não são alfabetizadas. Não se obteve dados exatos do número de alfabetizados residentes no campo, mas os índices dos censos anteriores apresentavam grande percentual de pessoas sem escolaridade ou com Ensino Fundamental incompleto nas áreas rurais.

A escola pesquisada está localizada em um distrito do referido município, construída em 1992, oferece os anos finais do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos, atendendo aproximadamente 820 alunos. Organizada pedagogicamente em quatro bimestres letivos anuais, funciona no turno matutino,

vespertino e noturno. O lócus em estudo atende aproximadamente 90% de sujeitos camponeses, moradores de comunidades e localidades circunvizinhas do próprio município e de outros próximos.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2013), a escola apresentou bons resultados em relação às metas projetadas para os anos de 2011 (2.3), 2013 (2.6) e de 2015 (2.9), quando ela ficou em 2011 com a média 2.5, 2013 com 2.7 e 2015 com 2.7. Embora a escola esteja atingindo os resultados em relação às metas previstas pelo Ministério da Educação para o município, nos anos de 2011 e 2013, quando se reporta em nível de Brasil, o resultado exige atenção dos educadores, gestores e secretaria municipal de educação, pois é considerável a fragilidade no que se refere às possibilidades e limites de aprendizagem.

Para efeito pedagógico-administrativo, a escola da amostra possui o Regimento Escolar fundamentado nos princípios da Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (BRASIL, 1996), consolidados nos escritos do PPP, tendo como concepção a importância do contexto histórico-cultural ou sociocultural, esclarecendo que o homem não nasce pré-determinado, ele é um ser social, produto e também produtor da história, capaz de lidar com a dialética social, transformando, compreendendo e administrando conflitos.

No entanto, a escola não possui um PPP diferenciado, correspondente a às necessidades de aprendizagem dos estudantes camponeses. Notamos que, a partir da leitura do documento, tanto na construção, elaboração e aplicabilidade, como nas definições de metas e estratégias, não foram pensadas, salientadas ou direcionadas nenhuma ação a respeito da Educação do Campo, afinal, esse tipo de educação não faz parte das discussões, nem foi mencionada como uma possibilidade de concepção de aprendizagem. Apesar de o documento expressar que foi construído objetivando atender às necessidades da comunidade escolar. Os projetos desenvolvidos também não direcionam ações para essa finalidade. O PPP construído em 2012 não foi (re)avaliado ou (re)planejado até o dado momento.

A escolarização no âmbito rural apresenta uma situação preocupante, no que se refere à assiduidade e permanência do aluno da escola, percebemos claramente a distorção idade-ano escolar, acarretando um grande número de alunos que desistem de estudar diante desse cenário, assim como, também, por não verem sentido nos conhecimentos sofisticados apresentados pela escola. A Educação do Campo deve integrar, “na base curricular, a memória das lutas e das experiências produtivas em que se entrelaçam a produção da vida, dos alimentos, da sociedade, da ciência e da técnica” (RIBEIRO, 2013, p. 675).

De acordo com Veiga (1997), a construção do PPP por si só não possibilita mudanças imediatas, contudo, com envolvimento e comprometimento dos partícipes, existem possibilidades de diagnosticar as reais necessidades e investir nas potencialidades. A essa questão ainda recorreremos a Santos (2013, p. 93 apud TAFFAREL, 2010) que considera importante pensar em “como vincular a vida escolar com um processo de transformação social, fazendo dela um lugar de educação do povo, para que este se assuma como sujeito da construção de uma nova sociedade”.

A escola pesquisada foi criada com o intuito de proporcionar mais comodidade para os moradores locais, uma vez que antes tinham de se deslocarem

para os centros urbanos com o intuito de continuar os estudos. Esse movimento de saída proporcionava um desconforto para estudantes e familiares, além do custo ou investimento em transporte. Para tanto, se há escola, agora é preciso investir em um olhar mais atento a essas singularidades, a fim de contribuir para a formação de sujeitos, que possam se posicionar criticamente na sociedade em que estão inseridos.

Nesta perspectiva, Saviani (2010) sinaliza o trabalho educativo como um ato de produzir, direta ou intencionalmente, em cada indivíduo singular, o que é produzido histórico e coletivamente pelo conjunto de homens. Ou seja, esse conceito direciona a ideia da educação como uma atividade intencional, fazendo cada sujeito, com sua peculiaridade e especificidade, se apropriar do que sociedade organizada produziu.

Para que essa educação constituída de intencionalidade faça sentido, Santos (2013) propõe um trabalho com base na Pedagogia Histórico-Crítica, uma teoria pedagógica da prática educativa, nascida justamente na década de 1980, momento de ênfase dos manifestos dos trabalhadores, mulheres, juventude, entre outros movimentos sociais na luta pela garantia de direitos. Nesse sentido, é preciso considerar a escola do campo como um movimento social formada por sujeitos camponos que participam, constroem histórias de vida e produzem conhecimentos.

A proposta pedagógica da instituição pesquisada se fundamenta no pensamento sociointeracionistas, defendendo a ideia de Vygotsky, para quem a aprendizagem acontece numa relação social fundamental, pela qual os indivíduos interagem, aprendem e se desenvolvem. Para isso, é preciso garantir uma educação que faça sentido, a fim de que o conhecimento construído socialmente pela comunidade científica resulte de fato na apropriação do saber sistematizado a todos os educandos dessa instituição.

A proposta de Ribeiro (2013, p. 675) consiste em que a produção de conhecimento na Educação do Campo parte “das experiências camponesas, articulando-as com o conhecimento científico e tecnológico socialmente produzido”. Considerando que essa articulação pode possibilitar uma contraposição à concepção de ciência quando subordina os saberes camponeses, bem como, que a educação faça sentido para os trabalhadores camponeses.

De acordo com Freire (2013) a forma como os conteúdos são trabalhados apresenta a realidade de forma estática, distante das experiências de cada um, impossibilitando o educando aprender de maneira dinâmica. Logo, o ensino, por não ter uma conexão com as situações reais de transformação, continua perpetuando uma aprendizagem imposta e sem sentido.

Por sua vez, quando o ensino ocorre de maneira adequada, com uma boa mediação docente, promove o desenvolvimento intelectual do estudante e oferece-lhe possibilidades de construir seu conhecimento, adquirindo capacidades, competências e habilidades tão necessárias para sua aprendizagem e seu desenvolvimento.

Nessa observância, Santos (2013) destaca a importância da existência de um movimento, no qual o professor, que deseja fazer a transformação na escola, precisa aos poucos se apropriar de teorias – leituras críticas –, o que implica dizer,

compreender as relações e as determinações, esforça-se para conhecer o motivo das permanências, resistências e/ou mudanças, entendendo o seu poder de transformação na ação educativa.

A Educação do Campo precisa ser refletida com a intenção comum fundamentada na construção e desenvolvimento da proposta pedagógica, na validação dos conhecimentos propostos pelo currículo, por meio de uma releitura comprometida com a luta pela transformação e com a participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo. Desse modo, Freire (2000) concebe a educação como de fundamental importância no processo de transformação de uma sociedade.

Nessa abordagem em defesa da escola do campo, conta-se com a existência de políticas educacionais diferenciadas, porém é perceptível a ausência de sua aplicabilidade, tanto no PPP, como também na matriz curricular, no material didático, nos planejamentos e nos procedimentos em sala de aula. Dessa forma, fica evidenciada a falta de incentivo à Educação do Campo que reconheça a real necessidade do homem do campo e prime por sua formação. Penin e Vieira (2001, p. 17) afirmam que “assim, é preciso ousar construir uma escola onde todos sejam acolhidos e tenham sucesso”.

Numa abordagem reflexiva acerca da Educação do Campo, verifica-se a importância do PPP voltado a percepção dos elementos filosóficos da escola, na busca de construção e valorização de suas identidades por meio do processo prático, administrativo e pedagógico. Portanto, implica dizer que a escola precisa planejar coletivamente sua ação educativa estabelecendo uma proposta política, social e educativa possível de contemplar e consolidar a formação dos sujeitos camponeses na luta pela transformação social.

É interessante ressaltar que a Secretaria de Educação também não possuía documentos direcionados para a efetivação da referida educação no município. Para Santos (2013), repensar o PPP das escolas do campo, baseado Pedagogia Histórico-Crítica, ajuda a pensar a proposta pedagógica por meio da prática educativa, refletindo de forma crítica a situação da escolarização rural.

No mesmo sentido, Caldart et al. (2012) direciona a reflexão sobre como são elaborados e desenvolvidos os projetos educativos e pedagógicos, sem pensar efetivamente na realidade e lutas dos camponeses. Esses estudiosos trazem a perspectiva de priorizar uma educação que humanize, utilizando o saber sofisticado produzido pela sociedade, uma vez que esse conhecimento faça sentido e tenha continuidade com a participação e a atuação de cada sujeito camponês.

Contudo, consolidar as concepções teóricas à práxis educativa não se trata de tarefa fácil, pois a participação efetiva, crítica e compromissada de todos implica mudanças de padrões culturais, sobretudo da cultura assistencialista e clientelista, criando canais de diálogo, participação e transparência, para que a população se torne agente no desenvolvimento local, readequando a distribuição do poder da escola, por meio da institucionalização de mecanismos participativos, como Colegiado Escolar, PPP e Regimento Interno da escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as discussões realizadas nesse estudo, consideramos que os resultados da análise realizada apontaram a necessidade de construção do PPP voltado para a contextualização das realidades dos estudantes camponeses, considerando a intenção de efetivar paulatinamente o aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem na escola do campo.

Nessa esfera, operacionaliza a educação abordada como necessária na referida escola, de modo que o processo de formação oferecido considere o saber sistematizado, mas também promova a conscientização, permitindo que os sujeitos camponeses tenham a possibilidade de entender as relações sociais e culturais, vinculando-as as suas ações e conhecimentos, assim como a valorização identitárias e seu modo de vida.

Nessa observância, não se pretende questionar o saber institucionalizado, até porque os estudantes camponeses necessitam dele, mas, o que se coloca em evidência, ou se propõe, é uma contextualização e problematização de tal conhecimento.

Pensar a Educação do Campo nas escolas supõe uma operacionalização do processo de formação política e pedagógica que precisa estar presente na elaboração, organização, aplicabilidade e avaliação do PPP. Nesse processo, é fundamental construir vínculos com a comunidade, promovendo meios que possibilitem a articulação e envolvimento de todos os partícipes na construção e desenvolvimento de um projeto que contemple as questões do campo e considere tais sujeitos.

Considerando a educação como direito que se concretiza quando contempla as reais necessidades do estudante camponês, coloca-se em evidência que não basta ter política pública para que a Educação do Campo se configure no município de Muritiba. Para sua efetivação, é preciso que os movimentos sociais, as comunidades, o Fórum de Educação do Campo do Recôncavo, a Secretaria de Educação, enfim, todos os envolvidos estejam atentos à realidade do campo e dos sujeitos que nela vivem, de forma que haja uma reorganização, junto ao setor público, a fim de repensar o papel da referida escola.

Considerando os achados acerca da realidade em estudo, sugere-se pensar a proposta da Pedagogia Histórico-Crítica utilizada paulatinamente nas discussões atuais em Educação do Campo, apontando essa pedagogia como uma possível referência na revisão e estruturação do PPP, por representar um avanço no processo de formação humana e transformação desta Educação.

Essa pesquisa obteve como fruto a reflexão e apreensão de como vem ocorrendo a Educação no Campo na zona rural muritibana, uma vez que possibilitou discutir aspectos relevantes sobre o tema e inferir que é necessário a continuidade dos estudos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara Dos Deputados. Legislação . **Constituição da República Federativa**

do Brasil. 37. ed. Brasília: Edições Câmara, 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: DF, 1996.
Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 set. 2016.

_____. **Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo**.
Resolução CNE/CEB n° 1, de 03 de abril de 2002.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, n. 5, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Caminhos para transformação da Escola: Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. **Cadernos do ITERRA**, ano X, n.15, jun. 2011.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CRESWEL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Tradução Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática docente. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

_____. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010 e 2012**. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 nov. 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores demográficos e educacionais**. Disponível em: <<http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/2922300>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/ideb>>. Acesso em 28 mar. 2016.

PENIN, Sônia Teresinha de Souza; VIEIRA, Sofia Lerche. **Progestão: como articular a função social da escola com as especialidades e as demandas da comunidade?** Módulo 1. Brasília: CONSED, 2001.

SANTOS, Cláudio Félix dos. **O “aprender a aprender” na formação de professores do campo.** São Paulo: Edições UESB, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico Crítica.** 9 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

RIBEIRO, Marlene. Política educacional para populações camponesas: da aparência à essência. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54, jul./set., 2013.

RIBEIRO, Marlene. Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação? **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 42, set./dez., 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papyrus, 1997.

ABSTRACT: This article is based on reflections and understanding about the Field Education as an educational proposal aimed at meeting the specificity of the peasant student, in the search to provide a comprehensive education. In view of this, it has as objective to analyze the Pedagogical Political Project of a public school of the final years of Elementary School in the city of Muritiba, Bahia. The research is of a qualitative nature, documental and descriptive, sustained through a dialogue with Roseli Caldart et al. (2012), Paulo Freire (2013), among other authors, with a purpose of trainer clarification on the subject and reflection on the possibility of consolidation of education, not field, in a participatory relationship of respect and appreciation to the educational specificities of the subjects, thus constituting a work of sociocultural relevance. The results showed that the political-pedagogical proposal carried out at the school doesn't meet the specifics of the students, allowing us to perceive a distance between the proposal and the experience of the subjects in the rural context of muritibano, also revealed the lack of actions related to the consolidation of education cited, covered by the national public policy of Field Education. The findings point to the need to construct a Pedagogical Political Project focused on the contextualisation of the realities of the peasant students, so that the improvement of the teaching and learning process conducive to attending to their singularities becomes effective. In this sense, we can affirm that the research made it possible to discuss relevant aspects about the subject, as well as to think about the continuity of future studies.

KEYWORDS: Field Education. Political Pedagogical Project. Teaching and Learning.

Sobre os autores:

Alan Isaac Mendes Caballero Mestrando no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação na UNICAMP, cuja linha é Ciências Sociais. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Educação e Sociedade (GPPES) da mesma faculdade. Graduado em 2017 pela Faculdade de Educação da UNICAMP em Pedagogia. Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa pelo Estado de São Paulo (FAPESP) durante o período da Iniciação Científica. E-mail para contato: alanisaac09@gmail.com.

Alessandra Alexandre Freixo Possui Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997), Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) e Doutorado em Ciências Sociais pela UFRRJ (2010). Atualmente é Professora Titular do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), atuando principalmente nas seguintes temáticas de pesquisa: educação e ruralidades, imagens e narrativas no mundo rural, estudos de cultura e mundo rural, ensino de ciências no contexto da educação do campo.

Anna Carla Ferreira de Araújo Graduanda de Ciências Biológicas - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Programa de Iniciação à Docência (PIBID).

Anna Cristina Ferreira de Araújo Graduanda de Ciências Biológicas - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do projeto de extensão PIPEx, UFPE. Trabalha na área de biologia vegetal com ênfase em biologia de Briófitas.

Brenno Fidalgo de Paiva Gomes Graduação em Educação Artística pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES; Grupo de Pesquisa: CORPOSTRANS. e-mail: brenno.fidalgo@gmail.com

Candida Soares da Costa Professora da Universidade Federal de Mato Grosso; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso; Graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação E-mail: candidasoarescosta@gmail.com

Cynthia Nery da Silva Graduação em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); cynthianery@outlook.com

Edmar Ferreira Santos Professor da Universidade do Estado da Bahia. Membro do corpo docente do Programa de Especialização em Educação e Diversidade Étnico-Racial do Departamento de Ciências Humanas, campus VI da Universidade do Estado

da Bahia. Graduado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia, programa onde atualmente desenvolve pesquisa de doutorado com apoio do Programa de Bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB. E-mail: estudosafricanos.edu@gmail.com

Emanuelle de Oliveira Belisario Estudante do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (Centro Acadêmico do Agreste) e bolsista do Programa institucional de bolsas de iniciação a docência (Pibid). Email: emanuelleoliver@hotmail.com

Érica Monale da Silva Gomes Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: mmonale009@gmail.com

Grasiela Lima de Oliveira Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2015) e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2012). Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA (Previsão de término – 2018). Participa do grupo de pesquisa Carta Imagem, coordenado por Alessandra Freixo. Bolsista CNPQ. Atua principalmente nas seguintes áreas: ensino de ciências no contexto da educação do campo, narrativas, educação e ruralidades, formação docente.

Hellen Cristina de Oliveira Alves Professor da Faculdade Afonso Mafrense; Psicóloga do Instituto Federal do Piauí; Graduação em Psicologia pela Faculdade Santo Agostinho; Mestranda em Educação pela Anne Sullivan; E-mail para contato: hellencrisss@gmail.com

Hercules Guimarães Honorato Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ), ano de conclusão 2012. Graduação em Ciências Navais com Habilitação em Administração pela Escola Naval (ano de conclusão - 1982). Especializações em: Gestão Internacional (2007) e MBA Logística (2009) pelo Instituto COPPEAD de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Docência do Ensino Superior (2008) pelo Instituto a Vez do Mestre da Universidade Cândido Mendes, RJ. Doutor e Mestre em Política e Estratégia Marítimas pela Escola de Guerra Naval (EGN) - Rio de Janeiro, anos de conclusão 2007 e 1999 respectivamente. Diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG) do Rio de Janeiro no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE-2010). Professor convidado da Escola Superior de Guerra desde 2009, dos Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia e Logística e Mobilização Nacional. Assessor Especial do Superintendente de Ensino da Escola Naval (EN) desde set. 2012 e professor da Disciplina de Metodologia da Pesquisa da mesma IES militar. E-mail para contato: hghhhma@gmail.com

Isabella Nara Costa Alves Graduação em Pedagogia pela Faculdade dos Guararapes; Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em raça, gênero e sexualidades Audre Lorde (GEPERGES); E-mail para contato: isabella.athos@live.com

Ivonildes da Silva Fonseca Possui graduação em Biblioteconomia e documentação pela Universidade Federal da Bahia (1979), graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1990), graduação em Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1992), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (1995) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2011). Atualmente é professora horista do Centro Universitário de João Pessoa, professor titular da Universidade Estadual da Paraíba, colaboradora - Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba, coordenadora - Bamidelê - Organização de Mulheres negras na Paraíba, voluntária do Instituto de Referência Étnica e efetivo da Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: mulher negra, educação e etnia, escola e sociedade, racismo e legislação. Grupo de pesquisa: Dandê é: educação, gênero e representações afro-brasileiras. Email: vania_baiana@hotmail.com

Jéssica Dyane da Silva Martins Graduação em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); jessicamartinsjp@outlook.com

Lígia Luís de Freitas Professor da Universidade – Centro Universitário de João Pessoa; Membro do corpo docente da Graduação – Centro Universitário de João Pessoa; Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, com sanduíche na Universidade de Barcelona, na área de currículo. Núcleo/Grupo de pesquisas: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM); Grupo de pesquisa interdisciplinar Música, Corpo, Gênero, Educação e Saúde (MUCGES)

Lilian Gabriella Castelo Branco Alves de Sousa Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES; e-mail: gabriellaufpi@outlook.com.br

Luciana Menezes de Lima Mendes Graduação em andamento em Pedagogia. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. Ensino Médio (2º grau). Dona Leonor Porto, DLP, Brasil

Maria Joselma do Nascimento Franco Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo -USP (2005), professora associada da Universidade Federal de Pernambuco, Coordenadora (Pibid) fomentado pela CAPES - Subprojeto Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste, pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea - PPGEduc. Email: mariajoselmadonascimentofranco@gmail.com

Maria Juliana Chaves de Sousa Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; membro do grupo de pesquisa Centro de Estudos e Documentação em Educação – CEDE da UEFS.

Maria Raquel Alves da Rocha Atualmente desenvolve pesquisas sobre cultura cigana, abrangendo a performance nos rituais ciganos e suas manifestações artísticas. É professora do curso de Artes Visuais na Universidade Federal do Piauí - UFPI e cursa mestrado em Antropologia, pela UFPI. É graduada em Licenciatura em educação artística, com habilitação em Artes Plásticas; é especialista em Arteterapia em Educação e também especialista em Dança e consciência corporal. É docente da Secretaria de educação e cultura do estado do Piauí (SEDUC-PI). A autora é artista designer e bailarina e já desenvolveu trabalhos em danças ancestrais no estado do Piauí. Seu e-mail é raquelalvesrocha@hotmail.com

Maysa Conceição de Farias Albuquerque Estudante do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (Centro Acadêmico do Agreste) e bolsista do Programa institucional de bolsas de iniciação a docência (Pibid). Email: maysa.albuquerque@outlook.com

Nágib José Mendes dos Santos Professor da Universidade Federal de Alagoas/UFAL – Campus A.C. Simões; - Membro do corpo docente do Curso de Letras-Libras Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas. Graduação em Filosofia Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas. Mestrado em Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/CEDU/ Universidade Federal de Alagoas. Participante do Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade – NEEDI. E-mail para contato: nagibem@gmail.com.

Osmar Barbosa dos Santos Ribeiro Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Maria Milza – FAMAM e em Letras Português/Inglês Pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR; especialista em MBA Gestão de Pessoas e em Gestão Escolar pela Faculdade Batista Brasileira - FBB, em Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias – FAC; mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; membro do grupo de pesquisa Carta-Imagem - UEFS; bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Atuando principalmente nos seguintes temas: educação do campo, projeto político pedagógico, práticas pedagógicas em ambiente hospitalar, educação e formação docente. E-mail para contato: osdi.art@hotmail.com.

Paula Paulino da Silva Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: paulinha.s90@hotmail.com

Rafael Gomez da Silva Carneiro Graduação em Direito pela UNINOVAFAPI; Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES; Grupo de Pesquisa: CORPOSTRANS. e-mail: rafaelgomezcarneiro@gmail.com

Rayane dos Santos Borges Graduação em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); santosborges1897@outlook.com

Roberto Vinicio Souza da Silva Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí UESPI – Campus Parnaíba – Vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Juventudes (NEPJUV/UFPI-Parnaíba)

Romário Ráwlyson Pereira do Nascimento Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí UFPI – Campus Parnaíba – Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí UFPI – Vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero e Cidadania (NEPEGECI) – Professor do Município de Luis Correia - PI

Rosemary Meneses dos Santos Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco – RJ – Especialista em Libras pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Teresina – FACET/CCTP e Especialista [Psicopedagogia](#) pela ISEPRO em Parnaíba. Professora do Município de Tutóia - MA

Silvana Nóbrega Gomes Professora do Centro Universitário de João Pessoa; Graduado em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB; Mestre Em Educação Física e Esportes pela Universidade de Granada/Espanha UGR/ES; Doutora em Educação Física e Esportes pela Universidade de Granada/Espanha UGR/ES; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)-Coordenadora pedagógica. Silvana.n.g@hotmail.com

Suely Marilene da Silva Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais Instituição Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Formação em Pedagogia pela Instituição Universidade Vale do Acaraú – UVA; Pós-graduada em Gestão Escolar e Coord. Pedagógica Instituição Faculdade de Saúde de Paulista – Fasup; Pós-graduada em Psicologia Organizacional e do Trabalho Instituição Faculdade de Saúde de Paulista – Fasup

Suzana dos Santos Cirilo Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: suzana.182009@hotmail.com

Tamires de Campos Leite Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas. Graduada do Curso de Letras-Libras Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas. E-mail para contato: ttamireslleite@gmail.com.

Valdeci Silva Mendes Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso; Graduação: em Enfermagem pela Universidade Federal de Mato Grosso; Mestrado: em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutorando: em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação; E-mail: valdeciconexoes@ufmt.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-77-6

